

CNMP / Casa pode votar amanhã a proposta que altera o Conselho Nacional do Ministério Público. Promotores e procuradores virão a Brasília tentar derrubar o texto, considerado por eles uma forma de enfraquecer o MP

PEC em novo round na Câmara

» LUANA PATRIOLINO

A Câmara pode votar, amanhã, a Proposta de Emenda à Constituição 5/2021, que ficou conhecida como “PEC da Vingança”. Alvo de uma saraivada de críticas de entidades de classe, o texto impõe alterações no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), como a composição do colegiado — ampliando, por exemplo, o número de integrantes indicados pelo Congresso. Outra mudança prevista é conceder ao Parlamento a prerrogativa de indicar o corregedor do MP. A intenção do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), é terminar as discussões sobre o tema nesta terça-feira e já votar a matéria.

A matéria, sob relatoria do deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), já está na sétima versão, justamente pela controvérsia que tem provocado. Representantes de classe, no entanto, continuam a rejeitar o texto. Numa tentativa de derrubar a PEC, procuradores de todo o Brasil vão desembarcar em Brasília para conversar com Lira.

Na avaliação de promotores e procuradores, o projeto enfraquece as funções dos Ministérios Públicos do país. Ex-presidente da Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR), José Robalinho enfatiza que a proposta “parte de um entendimento equivocado da classe política de que o CNMP não tem efetividade, mas os números estão aí para mostrar”, conforme ressalta.

O procurador também critica a participação do Legislativo no órgão. Segundo ele, pode politizar e enfraquecer a instituição. “Por que o Congresso está tentando

Minervino Júnior/CB/D.A Press - 2/5/19



Ex-presidente da ANPR, José Robalinho rejeita a proposta: “É uma interferência política”

Lava-Jato

A proposta é chamada de PEC da Vingança em referência ao trabalho da Operação Lava-Jato que, nos últimos anos, investigou, prendeu e conseguiu a condenação de políticos e empresários.

interferir de tal forma no Conselho? Por que ele vai ter o poder sozinho de abrir o processo disciplinar? É uma interferência política”, reprova.

Robalinho acredita que as mudanças no parecer foram positivas, mas ainda há muito o que melhorar. “É importante para

Palavra de especialista

Politização

“As propostas da PEC 5/2021, voltadas a mudanças no CNMP, como o aumento do número de seus membros indicados pelo Congresso Nacional, fariam dele um órgão altamente político, comprometendo a independência e autonomia funcional e os deveres do MP, constitucionalmente previstas, como o de pro-

mover a defesa da ordem jurídica e a proteção do patrimônio público e social. Significaria um verdadeiro retrocesso no combate à corrupção no país, quando prevê poderes de revisão de qualquer ato funcional de promotores de Justiça, a anulação de ações e a direção de investigações do Ministério Público.”

Leandro Almeida de Santana
Advogado constitucionalista

manter o equilíbrio. Restam coisas problemáticas como a composição, aumentando número de

conselheiros. Isso tem um gasto envolvido”, diz.

A subprocuradora Luiza Fris-

O que prevê a proposta

Veja as principais mudanças listadas no texto

» Aumento de assentos no colegiado reservados a indicações alternadas da Câmara e do Senado, que passam de dois para quatro, ampliando a influência externa no Ministério Público

» Membro indicado pelo Congresso passa a ser também o vice-presidente do CNMP

» CNMP ganha poder de rever atos privativos de membros da instituição

» Congelamento de prazos prescricionais de infrações até a decisão final sobre a conduta do procurador ou promotor

» Corregedor Nacional não precisará mais ser eleito entre os membros do Ministério Público e passará a ser indicado pelo Congresso

» CNMP deverá criar um Código Nacional de Ética e Disciplina para guiar a conduta de membros da instituição no prazo de 120 dias após aprovação da reforma

» Conselhos Superiores dos Ministérios Públicos estaduais, que hoje são eleitos pela classe, passam a ser compostos por membros indicados diretamente pelo procurador-geral de Justiça do Estado

cheisen também critica pontos da matéria. “Eles querem controlar os nossos atos. Como o controlado vai indicar o corregedor dos controladores? Somos totalmente contra. Para aprimorar, por exemplo, ninguém fala: sobre não ter reeleição, sobre os advogados que estão lá não poderem advogar, e outros”, observa.

“Disseram que é corporativa a questão do corregedor ou a do controle, mas não tem nada corporativo. É inadmissível que o corregedor do órgão de controle, que já é o CNMP na sua versão da emenda 45/2004, seja indicado por outro órgão. Nós somos espelhos do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), e o CNJ não tem isso”, sustenta.

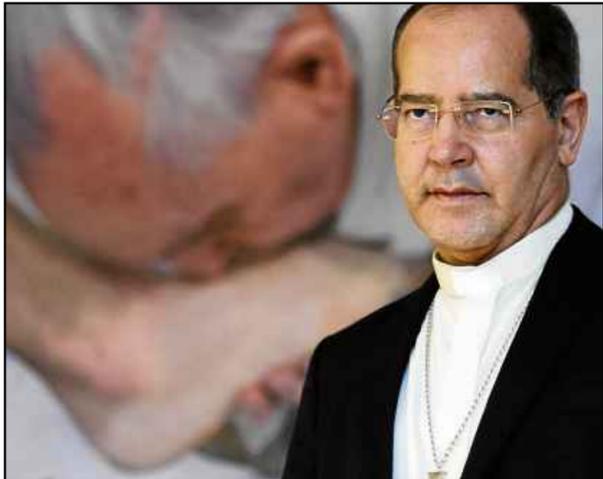
Defesa

Principal patrocinador da PEC da Vingança, Lira tem afirmado a apoiadores que não vai mais dialogar com o Ministério Público a respeito da proposta, alvo de resistência, também, entre parlamentares. Na opinião do presidente da Câmara, a PEC representa “o fim da impunidade em um órgão muito forte”. Conforme frisou, na semana passada, “hoje, nenhum membro do MP responde contra improbidade”.

O presidente da Câmara critica o fato de o Ministério Público não ter um código de ética. “Fiscaliza todo mundo e não tem o seu próprio código de ética”, chegou a comentar.

REPÚDIO

Carlos Vieira/LB/U.A Press - 30/5/19



A carta é assinada por D. Walmor Oliveira de Azevedo, presidente da CNBB

CNBB quer punição de deputado por ofensas

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) repudiou os ataques sofridos pela instituição, pelo arcebispo de Aparecida, Dom Orlando Brandes, e pelo papa Francisco em discurso do deputado estadual Frederico d’Ávila (PSL). Na quinta-feira, o parlamentar chamou os religiosos de “safados”, “vagabundos” e “pedófilos” na tribuna da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

Em nota, a CNBB diz que, “diante do povo brasileiro, rejeita fortemente as abomináveis agressões”. O texto — assinado pelo presidente da entidade, D. Walmor Oliveira de Azevedo —

afirma que os ataques aos religiosos foram feitos “com ódio descontrolado” pelo parlamentar.

“Ao longo de toda a sua história de 69 anos, celebrada no dia em que ocorreu este deplorável fato, a CNBB jamais se acovardou diante das mais difíceis situações, sempre cumpriu sua missão merecedora de respeito pela relevância religiosa, moral e social na sociedade brasileira. Também jamais compactuou com atitudes violentas de quem quer que seja. Nunca se deixou intimidar”, ressalta a nota. “Agora, diante de um discurso medíocre e odioso, carente de lucidez, modelo de pos-

tura política abominável, que precisa ser extirpada e judicialmente corrigida pelo bem da democracia brasileira, a CNBB, mais uma vez, levanta sua voz.”

A instituição religiosa ainda “reivindica sempre a liberdade a que tem direito, para pronunciar o seu juízo moral acerca das realidades sociais, sempre que os direitos fundamentais da pessoa, o bem comum ou a salvação humana o exigirem.”

Por fim, a carta pede “medidas internas eficazes, legais e regimentais para que esse ultrajante desrespeito seja reparado em proporção à sua gravidade — si-

nal de compromisso inarredável com a construção de uma sociedade democrática e civilizada”.

Os insultos foram feitos após Dom Orlando Brandes defender — em cerimônia no dia 12 de outubro, no Santuário Nacional de Aparecida — um Brasil sem ódio e sem armas. “Para ser pátria amada, não pode ser pátria armada”, pregou, na ocasião. D’Ávila criticou o arcebispo: “Seu safado da CNBB dando recadinho para o presidente, para a população brasileira, que pátria amada não é pátria armada. Pátria amada é a pátria que não se submete a essa gentalha”, xingou.

Cartão Prato Cheio.
O GDF garante comida na mesa para mais de 100 mil famílias.

Temos passado por tempos muito difíceis, mas o GDF não parou de cuidar de quem mais precisa. O Cartão Prato Cheio é um crédito que as famílias inscritas podem usar para fazer suas compras em mercados, açougues e padarias, garantindo uma alimentação saudável e ainda movimentando a economia local. Para 100 mil famílias, é mais que um benefício, é questão de sobrevivência.

